

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**A ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA SOCIEDADE DE ELITE**

**Priscila Regina Sato**

**Monografia de conclusão da disciplina “O mercado e o Estado na organização espacial da produção” ministrada pelos professores Csaba Deák, Sueli Schiffer e Nuno Fonseca no programa de pós graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.**

**São Paulo**

**2015**

## INTRODUÇÃO

O espaço urbano pode ser compreendido como um território estruturado pelas necessidades da prática social de produção e reprodução de uma sociedade. Portanto, o processo de produção e reprodução condiciona o uso deste espaço e as atividades provenientes destes usos, que possuem determinadas localizações e são conectadas por meio de uma estrutura que coordenará as interações e condições deste espaço.

Deste modo, o espaço urbano participa do processo de reprodução social, atendendo as necessidades de uma sociedade e seu modo de produção. Segundo o Professor Csaba Deák (1991), o modo de produção capitalista pode ser dividido em dois estágios de desenvolvimento: extensivo e intensivo.

O estágio extensivo é caracterizado pela expansão da forma-mercadoria, por meio do processo de urbanização, do trabalho assalariado e das baixas condições de reprodução da força de trabalho. Portanto, o espaço resultante deste estágio consiste em estruturas urbanas precárias e desiguais com baixa qualidade de vida urbana.

O estágio intensivo é atingido após a exaustão da expansão da forma-mercadoria e tem seu excedente retirado através do aumento da produtividade da força de trabalho. Este aumento da produtividade implica em melhorias nas condições de reprodução da força de trabalho e conseqüentemente, na reestruturação do espaço que viabiliza tal qualificação da mão de obra.

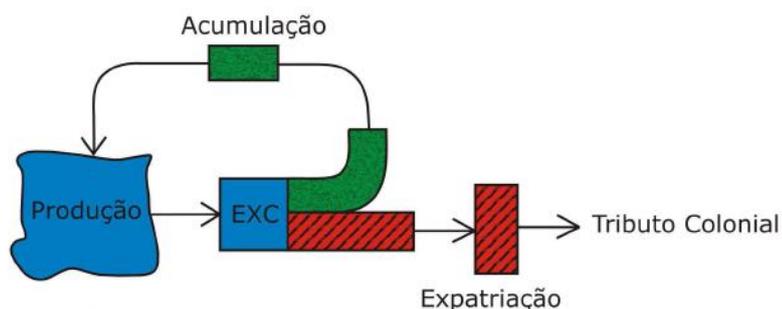
A partir desta abordagem teórica da relação entre as necessidades da reprodução social moldada pelos estágios de desenvolvimento e a transformação do espaço urbano, o trabalho pretende estudar o atual cenário

de desenvolvimento brasileiro e seu espaço resultante através do delineamento das características da sociedade brasileira e seu modo de produção e, do estudo da estrutura e dinâmicas urbanas da Região Metropolitana de São Paulo para verificar as condições oferecidas de uso do espaço urbano.

### **Formação da sociedade brasileira e seu modo de produção**

O estudo da formação da nação-Estado brasileira é fundamental para a compreensão das relações da sociedade brasileira e seu processo de produção e reprodução. Para isso, será abordada a estrutura do modo de produção colonial até a incorporação do conceito de nação-Estado no Brasil com a transformação da Colônia devido à chegada da Coroa Portuguesa, como também serão tratadas as alterações decorrentes do processo de Independência que moldam características da sociedade brasileira atual.

A produção colonial era organizada entorno da produção de excedente levado à Metrópole como no esquema elaborado por Csaba Deák.



**Ilustração 1: Produção colonial e acumulação entravada**

Fonte: CSABA, Deák. (1991)

<[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/4verb/acum-ent/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/acum-ent/index.html)>

Fonte: GRILLO, Maria Teresa Oliveira (2013).

Desta forma, a colônia não poderia utilizar o total do excedente produzido na ampliação de sua própria produção com o desenvolvimento pleno

da produção local. Esta relação entre Colônia e a Metrópole foi continuamente reimposta estruturando a classe dominante local em função de uma produção baseada no uso do trabalho escravo e destinada à exportação dos produtos.

A Independência foi um dos mecanismos de reimposição e manutenção da estrutura produtiva e organização social colonial. Os chamados “conservadores” se organizaram para realizar a Independência com o mínimo de alterações da estrutura de produção colonial, em resposta aos “radicais” que tinham como proposta um Estado com molde burguês e desenvolvimento desimpedido das forças produtivas, caracterizado pelo princípio da acumulação capitalista.

Segundo o professor Csaba Deák (1999), no livro O processo de urbanização no Brasil organizado por Csaba Deák e Sueli Ramos Schiffer:

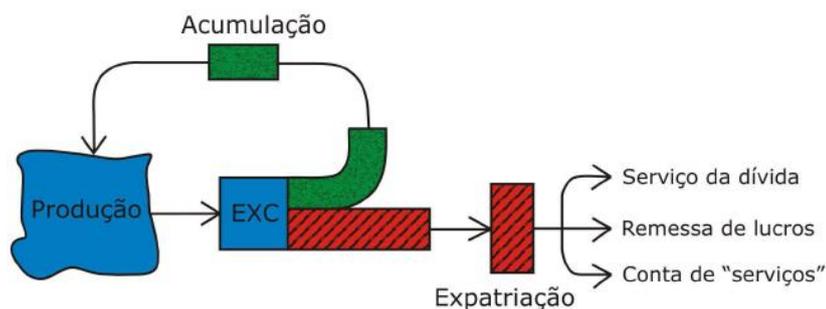
*“Assim o objetivo da constituição do Estado brasileiro ficou sendo assegurar as condições de reprodução do status quo ante, isto é da sociedade colonial, organizada em função da produção colonial.”*

Assim o Estado brasileiro foi fundamentado na Constituição de 1824 pela forma liberal de conteúdo elitista, diferindo-se de um Estado burguês. A discordância entre a forma liberal (ideologia importada da sociedade burguesa) e o conteúdo elitista seria tratada através da adaptação da ideologia liberal mesmo que esta seja desconectada da realidade brasileira.

Outra questão a ser resolvida para manter a estrutura produtiva colonial era a necessidade de inserir o Brasil nas relações econômico-financeiras, solucionada com a admissão da dívida externa gerada como condição para a Independência do Brasil. Assumir a dívida externa também garantiu com que

fosse mantida a estrutura de produção colonial, transformando a remessa de excedente levado à Metrópole em pagamento de juros sobre a dívida externa.

Assim a Independência teve a intenção de realizar a manutenção da produção colonial por meio de um modo de produção com base material na acumulação entravada com expatriação de excedente. O esquema elaborado por Csaba Deák representa o modo de produção após a Independência.



**Ilustração 1: Produção colonial e acumulação entravada**

Fonte: CSABA, Deák. (1991)

<[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/4verb/acum-ent/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/acum-ent/index.html)>

Fonte: GRILLO, Maria Teresa Oliveira (2013).

Desta forma, o modo de acumulação brasileiro é distinto do modo de acumulação capitalista pertencente a uma sociedade burguesa, portanto, a sociedade brasileira foi denominada como sociedade de elite por Florestan Fernandes (1972, *apud* DEÁK, 1989). A dialética forma-mercadoria foi substituída pela dialética da acumulação entravada, a qual se manteve através da recomposição e reimposição da estrutura produtiva com expatriação durante as sucessivas crises.

Apesar do modo de produção brasileira e sua sociedade diferirem de um modelo burguês, após a abolição do trabalho escravo e a adoção da relação de assalariamento das forças produtivas, fundamento da produção capitalista, o

processo de reprodução social no Brasil pode ser estudada através do modo de produção capitalista.

A inserção da acumulação com expatriação nos estágios de desenvolvimento capitalista é viável no estágio de acumulação predominante extensivo. Segundo Deák (1999):

*“... acumulação-com-expatriação-de-excedentes só é possível a taxas muito elevadas de excedente, como aquelas permitidas por um estágio de acumulação extensiva, em que a taxa de expansão é igual à taxa de excedente propriamente dita (dentro da produção de mercadorias) mais a taxa de extensão da produção de mais-valia (isto é, da própria produção de mercadorias à custa de outras formas de produção), onde a segunda é a parcela mais substancial. Nessas condições, uma parte do excedente é expatriada e ainda assim sobra alguma para acumulação – ainda que acumulação entravada.”*

A exaustão deste estágio ocorre com uma taxa de excedente insuficiente para a expatriação tornando a sociedade de elite e seu modo de produção com acumulação entravada inviável. O professor Csaba Deák interpreta a crise dos anos 80 dentro deste quadro de esgotamento de um estágio e o impasse para o próximo estágio. Este impasse permite duas perspectivas: a manutenção do modo de produção com a anulação da acumulação ou a entrada no estágio de desenvolvimento intensivo com a anulação da expatriação e transformação da sociedade.

Estas perspectivas possibilitam estruturas do espaço urbano distintas, podendo implicar no aumento ou rebaixamento do nível de reprodução da força de trabalho. Esta relação pode ser vista em um trecho do livro “O processo de urbanização no Brasil”:

*“As implicações da resolução específica da crise para as “questões urbanas” em geral e a infraestrutura urbana prendem-se às diferenças nas condições de reprodução da força de trabalho nas duas perspectivas delineadas. A primeira, da manutenção da expatriação, significa uma involução das forças produtivas, com a cessação da reprodução ampliada, a suspensão do progresso tecnológico (deve estar claro que as “zonas francas” e filiais de empresas estrangeiras não são focos de irradiação de técnica avançada) e o rebaixamento do nível de subsistência do trabalhador. A segunda, da acumulação desimpedida, implica a transição para o estágio de acumulação intensiva suportada no aumento da produtividade do trabalhador e, conseqüentemente com a elevação do nível de subsistência da força de trabalho.”.*

### **Planejamento urbano e produção do espaço na sociedade de elite**

A seguir, serão apresentadas as implicações da estrutura social brasileira estudada anteriormente na organização e produção do espaço urbano por meio do estudo do conceito e função do planejamento urbano brasileiro.

Planejamento pode ser compreendido por Deák em “planejamento”, *Verbetes*, como:

*“... o agenciamento da intervenção do Estado de acordo com as necessidades da reprodução social de acordo com os estágios de desenvolvimento, acompanhado de uma retórica para justificar/ legitimar essa intervenção perante os membros da sociedade baseada na ideologia prevalecentes ao mesmo estágio de desenvolvimento.”.*

Ainda em “planejamento”, *Verbetes*, segundo Deák, o objetivo do planejamento é garantir as condições necessárias para manter a reprodução da sociedade, por meio de um discurso em função do interesse coletivo.

Segundo GRILLO, Maria Teresa Oliveira (2013), a relação destes estágios de desenvolvimento com as formas ideológicas pode ser vista em:

*“Temos o liberalismo no estágio extensivo, que propagava a ideia de liberdade individual e social democracia no estágio intensivo, me que se propagavam as ideias de planejamento em função do interesse coletivo e que se concretizavam no Estado de bem estar, capitaneado e implementado pela figura central do Estado.”*

Na sociedade de elite o planejamento se torna instrumento para garantir a dominação da classe por meio do discurso baseado na ideologia liberal importada da sociedade burguesa desconectada das relações sociais locais. Portanto, por meio do planejamento é possível realizar a manutenção da precariedade das infraestruturas da produção para assegurar a reprodução dos entraves no desenvolvimento.

A adoção do conteúdo ideológico implícitos nos discursos do planejamento urbano pode explicar a causa do insucesso das propostas descritas no planejamento urbano brasileiro e a manutenção dos entraves materializados na infraestrutura fragmentada da produção.

Segundo João Bonett Neto em sua tese de mestrado (2013), a relação entre planos urbanos de São Paulo, seu objeto de estudo, e as conjunturas ideológicas implícitas no discurso dos planos pode ser apresentada pela tabela abaixo:

Tabela 2 – Sistematização Do Planejamento Do Planejamento Em São Paulo				
Contexto	Plano/Norma	Data	Elaborador	Característica
Antecedentes	Código de Posturas	1886	-	Norma de arruamento
	Vale do Anhangabaú	1910	Joseph Bouvard	Projeto de urbanização
	Parque Dom Pedro	1911	Joseph Bouvard	Projeto de urbanização
	Lei 1.666	1913	-	Norma de arruamento
	Cintra-Freire	1910	Ulhôa Cintra/Silva Freire	Esquema viário
	Plano de Bondes	1924	Companhia Light	Transporte público
	Retificação do Tietê	1925	Saturnino Brito	Enchentes/recursos hídricos
Social-Democrata (formação)	Código Arthur Saboya	1929	Artur Saboya	Normas construtivas
	SARA Brasil	1930	Empresa SARA	Levantamento aerofotogramétrico
	Ato 127	1931	Anhaia Melo	Zoneamento parcial
	Acréscimos ao Código Arthur Saboya	1934	-	Zoneamento parcial
	Plano de Avenidas	1935	Prestes Maia	Plano geral de reformulação urbana
	"	1937	Fábio Prado	Zoneamento parcial
	Relatório Moses	1950	IBEC	Diagnóstico geral
Social-Democrata (auge)	Estudo SAGMACS	1956	SAGMACS	Diagnóstico geral
	Plano de Ação	1959	Governo Carvalho Pinto	Plano de governo estadual
	Anel Rodoviário	1965	GEIPOT	Plano setorial de transporte
	Plano Hazen & Sawyer	1967	Hazen & Sawyer	Plano setorial de esgotamento sanitário
	Esquema Hibrace	1967	Consórcio Hibrace	Plano setorial de recursos hídricos
	PUB	1968	ASPLAN + 3	Plano global de desenvolvimento urbano
	PMDI	1971	GEGRAN	Plano de desenvolvimento metropolitano
	PDDI	1971	Prefeitura Municipal de SP	Plano diretor municipal
	Lei 7.805	1972	"	Zoneamento geral
	Neo liberalismo	Plano Diretor 1985	1985	Administração Mário Covas
Lei 10.209		1986	Administração Jânio Quadros	Cria as Operações Interligadas
Plano Diretor 1988		1988	"	Plano Diretor, proposição de instrumentos de mercado
Plano Diretor de 1992		1992	Administração Luiza Erundina	Plano Diretor, regulação por instrumentos de mercado
Lei 11.732		1995	Administração Paulo Maluf	Institui a Operação Urbana Faria Lima
PDE		2002	Administração Marta Suplicy	Plano diretor, regulação por instrumentos de mercado.

Fonte: BONETT, João Neto (2014).

Para o professor Flávio Villaça no texto “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil” inserido no livro “O processo de urbanização no Brasil”, o Plano Diretor, atual modelo de planejamento urbano, pode ser compreendido como a redução do plano em discurso, afirma:

*“Esvaziado de seu conteúdo e reduzido a discurso, alteram-se os conceitos de “plano” e “planejamento”. O planejamento urbano no Brasil passa a ser identificado com a*

*atividade intelectual de elaborar planos. Uma atividade fechada dentro de si própria, desvinculada das políticas públicas e da ação concreta do Estado, mesmo que, eventualmente, procure justificá-las. Na maioria dos casos, entretanto, pretende, na verdade, ocultá-las.”.*

Portanto, os planos urbanos no Brasil consistem em um discurso baseado em um conteúdo ideológico para ocultar a atual precariedade, como mecanismo da classe dominante para garantir seus interesses e a reprodução dos entraves que realizam a manutenção da produção com acumulação entravada.

A consequência das premissas apresentadas da formação da sociedade brasileira e seu modo de produção não implicam somente no planejamento urbano como foi verificado, mas também, se materializa no espaço urbano. A organização do espaço é feita em função da manutenção da precariedade e dos entraves, os quais podem ser representados por barreiras urbanas, e estruturam um espaço fragmentado e com baixas condições de reprodução da força de trabalho.

### **A produção e estrutura do espaço na sociedade de elite**

Para compreender a produção e estruturação do espaço correspondente a sociedade brasileira será utilizada como objeto de estudo a Região Metropolitana de São Paulo.

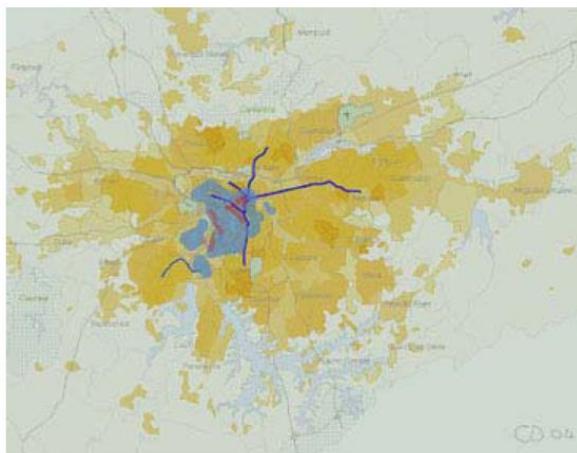
A ocupação inicial da Região Metropolitana de São Paulo ocorreu no atual “Centro Velho” e com o acelerado processo de urbanização por volta de 1850, a aglomeração urbana teve sua expansão nas áreas próximas ao núcleo

de ocupação inicial sem grandes barreiras e viabilizada por meio de obras que assegurassem a acessibilidade desta região.

Esta região dotada de infraestrutura foi ocupada principalmente pela classe de alta renda, atraindo as atividades terciárias que acompanhou o deslocamento da ocupação da elite em direção à região sudoeste da RMSP (“Centro Velho” para “Centro Novo” com a construção do viaduto do Chá; para a Avenida Paulista no final da década de 1950 e início de 1960; para a Avenida Faria Lima; a partir da década de 80, para a Avenida Berrini e, enfim, para a região sul da Marginal Pinheiros). Segundo Csaba Deák e Sueli Schiffer na publicação “São Paulo: A Metrópole de uma sociedade de elite” (2007):

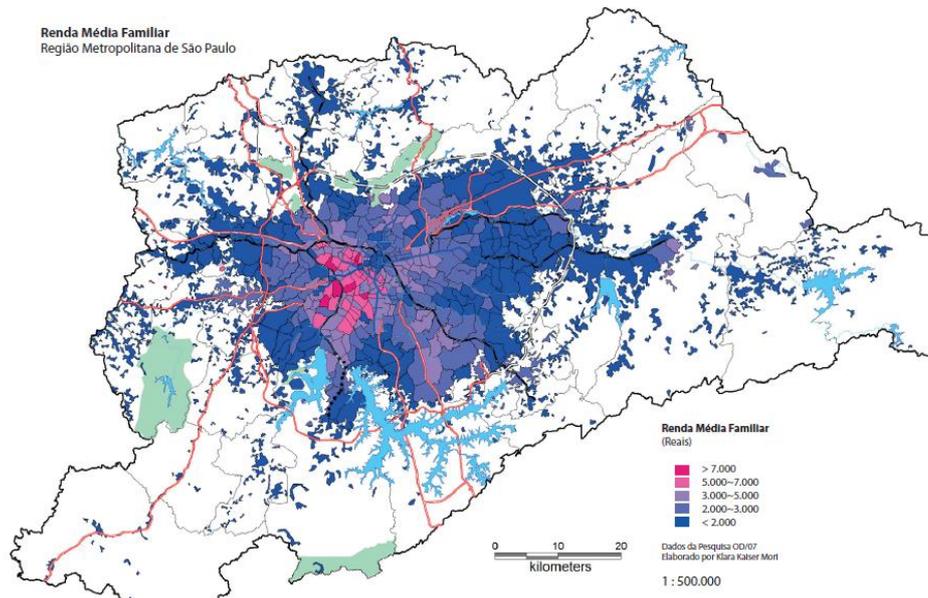
*“Conforme a cidade foi crescendo, seu centro começou a migrar para o setor sudoeste, como que seguindo a população de alta renda.”*

Ainda em “São Paulo: A Metrópole de uma sociedade de elite”, a imagem abaixo retirada da publicação demonstra a ocupação inicial com a estrutura principal representada pela linha azul, o assentamento residencial da elite na região sudoeste demarcado pela mancha azul e a concentração das atividades terciárias nas manchas em vermelho.



Fonte: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (2007).

O mapa abaixo apresenta através dos dados de renda média familiar, a concentração da alta renda no setor sudoeste da RMSP.



Fonte: ISODA, Marcos Kiyoto Tani e (2013).

No entanto, esta concentração da infraestrutura, atividades econômicas (exceto a atividade industrial) e da renda, implica na diferenciação do espaço e dos preços das localizações. Segundo Deák e Schiffer (2007):

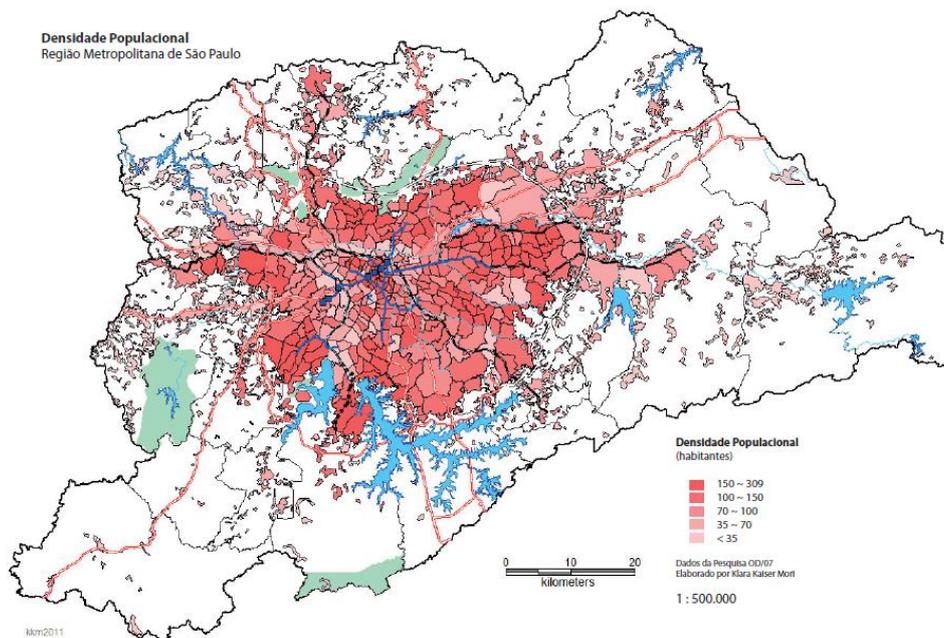
*“Os diferenciais de preço das localizações são altos e uma pronunciada segregação espacial por renda familiar é o resultado dessa concentração de investimentos no setor sudoeste...”*

Portanto, esta desigualdade do espaço e dos preços implica no assentamento da população de menor renda nas áreas periféricas com infraestrutura precária e pouca oferta de emprego.

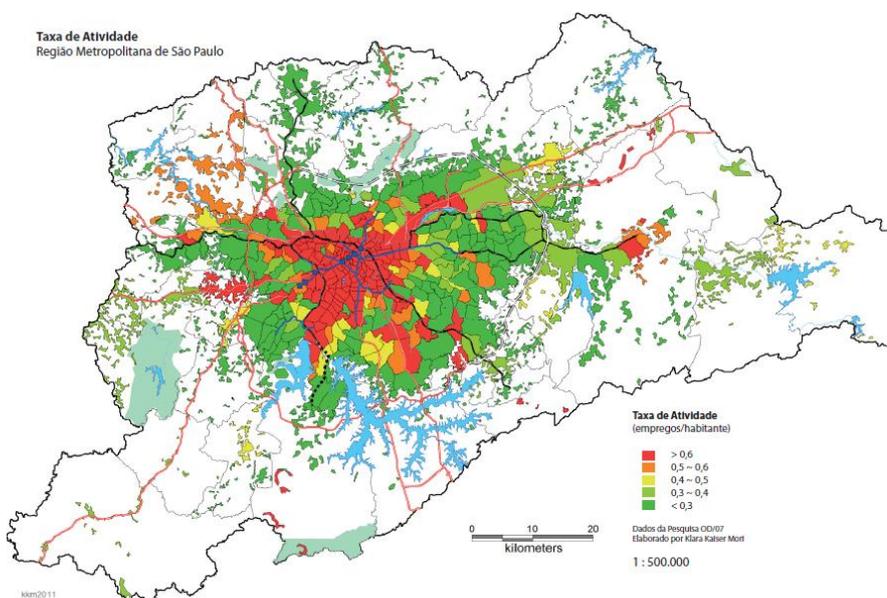
A segregação espacial e o padrão de assentamento produz a dinâmica de um movimento pendular da densa população localizada nas periferias para a região sudoeste com concentração de emprego, através de uma

infraestrutura precária e conseqüentemente, esta dinâmica transforma as áreas periféricas nos chamados bairros-dormitórios.

Os mapas a seguir são apresentados para verificar o movimento pendular, juntamente com o mapa de densidade populacional e o contraste com o mapa de taxa de atividade (emprego/habitante).



Fonte: ISODA, Marcos Kiyoto Tani e (2013).

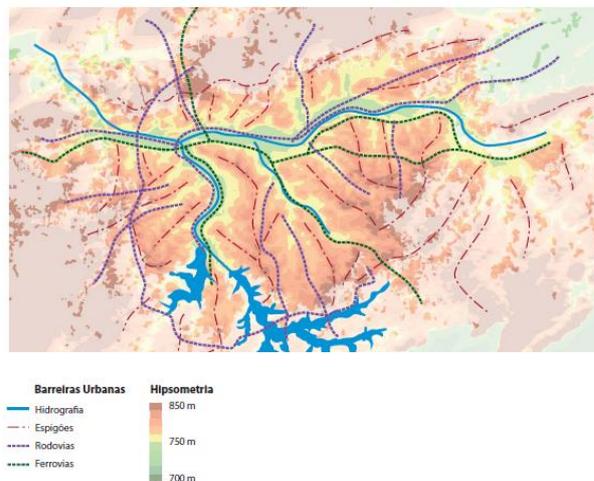


Fonte: ISODA, Marcos Kiyoto Tani e (2013).

Além do caráter heterogêneo, o espaço correspondente à sociedade de elite apresenta espacialmente os entraves por meio das barreiras urbanas que fragmentam o espaço em porções isoladas. Segundo Deák e Schiffer (2007):

*“A maior parte das vezes trata-se de mera falta de investimentos, mas em alguns casos, como mostrado no exemplo a seguir, existe um deliberado reforço das barreiras através dos investimentos. Esse é o caso da controversa linha de VLP [que começou como ‘fura fila’] em construção ao longo do rio Tamanduateí, que reforça uma já praticamente intransponível barreira formada pelo canal do rio ladeado, em ambos os lados, pela Avenida do Estado, e por uma antiga ferrovia, entre a precariamente estruturada e populosa Zona Leste e o rico setor sudoeste com sua concentração de empregos”.*

Barreiras Urbanas  
Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: ISODA, Marcos Kiyoto Tani e (2013).

Portanto, a organização espacial condizente com as necessidades de reprodução da sociedade de elite pode ser caracterizada por um espaço heterogêneo, desigual e fragmentado por barreiras urbanas.

Assim, o cenário de desenvolvimento atual oferece especialmente uma baixa qualidade de vida urbana, relacionada à baixa condição de reprodução da força de trabalho característica do estágio de desenvolvimento extensivo, com condições de projetos urbanos limitados às ações pontuais de manutenção de uma estrutura precária.

### **Considerações finais**

O trabalho buscou estudar o espaço urbano a partir do delineamento das características de formação e reprodução da sociedade brasileira, e permitiu a compreensão da produção do espaço brasileiro entorno de uma infraestrutura precária, reflexo dos processos da acumulação entravada, com baixa qualidade de vida urbana. O estudo ainda possibilitou explicitar as causas do planejamento desconectado da realidade brasileira e, conseqüentemente, do alcance limitado das intervenções urbanas na situação atual.

A partir do estudo do cenário atual, é possível interpretar que a saída da situação de impasse e a entrada no estágio de acumulação predominante intensiva implicarão na transformação da sociedade de elite e, conseqüentemente, em novas necessidades para o aumento da condição de reprodução da força de trabalho. Especialmente este processo seria materializado por meio da reestruturação do espaço com eliminação de barreiras, maior integração e homogeneização dos espaços. Portanto, neste cenário futuro a reestruturação da RMSP ocorrerá por meio da homogeneização da infraestrutura, reduzindo a diferenciação do espaço e dos preços das localizações, dando início à desconcentração de investimentos e

empregos no setor sudoeste e preconizando uma reversão da formação dos bairros-dormitórios.

## Referências Bibliográficas

BONETT, João Neto (2014). **Planejamento urbano e formas ideológicas no Brasil – o caso de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo na área de concentração: planejamento urbano). Universidade de São Paulo. Disponível em:  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-08072014-103552/pt-br.php>

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (organizadores). **O processo de urbanização no Brasil – 2. Ed. Atualizada - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.**

DEÁK, Csaba. *Verbetes*. Disponível em:  
[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/4verb/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/index.html)  
Acesso em: Julho de 2015.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (2007). "**São Paulo: The metropolis of an elite society**" in SEGBERS, Klaus et al (Orgs. 2007). *The making of global city regions* John Hopkins Up, Baltimore. Disponível na versão em português, tradução por FONSECA, Nuno de Azevedo, em:  
[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/3publ/07sp-metr-elit/07-SP-Met-po.pdf](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/07sp-metr-elit/07-SP-Met-po.pdf)

GRILLO, Maria Teresa Oliveira (2013). **A estratégia por trás do estratégico dos planos de desenvolvimento aos planos estratégicos**. 2013. Dissertação (Doutorado em arquitetura e urbanismo na área de concentração: planejamento urbano). Universidade de São Paulo. Disponível em:  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-12072013-090226/pt-br.php>.

ISODA, Marcos Kiyoto Tani e (2013). **Transporte sobre trilhos da Região Metropolitana de São Paulo – estudo sobre a concepção e a inserção das redes de transporte de alta capacidade**. 2013. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo na área de concentração: planejamento urbano). Universidade de São Paulo. Disponível em:  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-29072013-095552/pt-br.php>.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p: 169-243.